

Da igreja matriz para a rua: as manifestações festivas das confrarias limianas no Período Moderno

From the parish church to the street: the festive manifestations of the brotherhoods of Ponte de Lima in the Modern Period

Antonio Dantas Barbosa^[*]

— *Resumo*

O presente trabalho analisa a igreja matriz de Ponte de Lima enquanto local de atuação de várias confrarias de invocação mariana e cristológica. Estas instituições confraternais, ao partilharem o mesmo espaço, proporcionavam, entre elas, um fenómeno de convivência social. Embora não possuíssem todas o mesmo prestígio e riqueza, as fontes espelham que todas colaboravam e interagiam umas com outras, particularmente no que toca à questão de empréstimos de alfaías litúrgicas, paramentaria e imaginária. Estas relações de sociabilidade reforçavam-se, ainda, nos convites que

— *Abstract*

This work analyses the main parish church of Ponte de Lima as a place of activity for various confraternities of Marian and Christological invocation. By sharing the same space, these confraternal institutions provided a phenomenon of social coexistence. Although they did not all have the same prestige and wealth, the sources show that they all collaborated and interacted with each other, particularly when it came to lending liturgical implements, vestments and imagery. These relationships of sociability were also reinforced by the invitations that these brotherhoods extended to

estas confrarias endereçavam umas às outras para participarem nas cerimónias festivas que promoviam. Contudo, nem sempre estas relações se pautaram pela cordialidade, pois episódios houve em que davam lugar a alguns conflitos.

[palavras-chave] confrarias, empréstimos, festividade, rituais, sociabilidade

each other to take part in the festive ceremonies they promoted. However, these relationships were not always cordial, as there were episodes in which they gave rise to conflicts.

[keywords] confraternities, loans, festivities, rituals, sociability

Introdução

A matriz do burgo de Ponte de Lima, ao longo do período moderno, albergou no seu interior (fig. 1) uma variedade de instituições confraternais que, para além de a proverem de um rico património artístico e cultural, a transformaram num palco de atuação de muitas festividades e rituais^[1].

Estas associações tinham como principais propósitos a promoção do culto, a ajuda espiritual e material aos irmãos confrades mais desprovidos e vulneráveis, não arredando desta assistência caritativa outros membros do *corpus* social. Contudo, a ação destas instituições centrava-se de forma mais vincada na prática cultural e na promoção de manifestações religiosas, atraindo assim crentes à igreja e envolvendo-os nas suas práticas religiosas, conseguindo deste modo um fortalecimento, cada vez maior, da vivência do catolicismo^[2].

As manifestações festivas que floresciam na matriz limiana^[3] direcionavam-se de forma mais expressiva para o culto da Virgem Maria sob várias invocações, como a Nossa Senhora das Dores, a Nossa Senhora da Expectação, a Nossa Senhora da Assunção, a Grande, a Nossa Senhora do Rosário^[4] e Nossa Senhora do Carmo.

A piedade pós-tridentina explica este crescente número de invocações marianas corporizadas em confrarias, peregrinações, santuários, igrejas, templos e altares, fenómeno que se refletiu de igual forma no espaço da igreja matriz e em outras capelas limianas.

Para além destas agremiações, no seio da matriz alocavam-se ainda a do Espírito Santo, com privilégios conferidos pela sua antiguidade, possuindo a capela-mor do lado do evangelho, como espaço para venerar o “Divino Pai-droeiro”^[5], e a do Santíssimo Sacramento que à semelhança das suas congêneres também promovia uma festa anual, empenhando-se ainda nas cerimónias da Semana Santa e do *Corpus Christi*^[6].

Embora algumas destas festividades se ancorassem em demonstrações puramente devocionais arredando dos seus programas a componente lúdico-profana, outras aliavam o sagrado ao profano. As crenças do povo, imbuídas de rituais e gestos, tinham nesses momentos festivos um peso significativo dando-lhes uma maior consistência e vitalidade.



— *Fig. 1*

Interior da igreja matriz de Ponte de Lima. Fotografia de António Jorge Fernandes.

O espaço geográfico limiano, ao longo da modernidade, serviu assim de pano de fundo a numerosas celebrações festivas, a orações e ladainhas que agraciavam a Vigem, Cristo e os santos. Os devotos deste período, ao prestarem culto ao sagrado, sentiam-se protegidos por um quotidiano incerto e marcado por muitas agruras. Como tal, esta prática de culto pautada por vários rituais, representava uma forma mais acessível de aproximação do crente ao mundo sagrado, daí os irmãos confrades limianos dedicarem, anualmente, uma festa à sua divindade protetora.

As confrarias e as festividades

As manifestações de fé e de fidelidade constituíam o ponto mais alto da religiosidade das confrarias e, de acordo com as disposições estatutárias, deveriam ser realizadas com todo o esmero e dedicação. Para tal, e por forma a que estes momentos de grande júbilo e celebração fossem memoráveis, cada agremiação tinha um intenso trabalho preparatório, pautado pela existência de muitas reuniões de Mesa e pela frequente interação com as suas congéneres e outras intuições da localidade.

É neste processo de preparação e organização da festividade que estas associações se abeiravam umas das outras para solicitarem empréstimos, quer de alaias litúrgicas, sobretudo as de metal nobre, quer de paramentaria e imaginária. Para além da colaboração com equipamentos, estas confrarias entreadjudavam-se com a oferta de dinheiro cujo montante variava consoante a bolsa de cada uma.

Sabemos que a confraria do Espírito Santo contribuía com somas mais avolumadas quando comparadas com as outras. Um dos sintomas da sua estabilidade económica refletia-se no número expressivo de encomendas de obras de arte que a mesma fez entre 1750 e 1850. Convém ainda realçar que outras corporações fora da matriz, como a de Nossa Senhora da Guia, os confrades de Santo António da Torre Velha e a própria Misericórdia, também participavam com donativos em dinheiro para ajudar nestes momentos especiais.

As fontes compulsadas dizem-nos que os mesários destas agremiações procuravam abrilhantar os seus principais festejos com o maior esplendor possível, daí que o espírito de entreadjudada e cooperativo entre as mesmas estivesse sempre presente aquando da proximidade destas ocasiões. As mesmas fontes, tais como os livros de termos, de atas e os estatutos, dão-nos a conhecer as múltiplas reuniões convocadas antes das festas como forma de as mesmas serem preparadas com esmero, onde nada pudesse faltar. As reuniões de mesa que as próprias confrarias realizavam, para além de tratarem e debaterem os mais diversos assuntos contemplados na ordem de trabalhos, não deixavam ainda de constituir ocasiões geradoras de momentos de convívio e de relacionamentos sociais entre os seus membros. Desta forma, as instituições confraternais, enquanto quadros de sociabilidade propiciavam formas de convivência que po-

diam assumir um caráter mais lúdico e de lazer ou então de debate e reflexão de assuntos de maior pertinência, como acontecia em tais reuniões^[7].

Segundo Marta Lobo de Araújo, “a festa preparava-se para ser vista e fruída pelos devotos”, tornando-se durante o barroco num espetáculo grandioso para ser observado^[8]. As instituições da matriz aparentavam um funcionamento independente umas das outras, mas, em ocasiões festivas, todas colaboravam como se de uma única associação confraternal se tratasse. Estas celebrações serviam ainda para medir forças entre as instituições da vila. Este jogo de forças impulsionava todas estas entidades a investirem de forma grandiosa na sua festa religiosa principal^[9].

As posses e os empréstimos

A confraria do Espírito Santo era a que mais empréstimos, sobretudo de alfaias litúrgicas, concedia, não somente àquelas que partilhavam o espaço da matriz consigo, mas também às localizadas fora dele. A concessão de empréstimos de prataria e ourivesaria atestava a capacidade económica da própria instituição. A título de exemplo, a esta confraria, em março de 1752, foi apresentada uma petição, por parte dos oficiais do Santíssimo Sacramento, cujo teor dizia que “se lhe desse para somana Santa que vem a ser o ornato preto de veludo e mais os aparelhos delle e humas vestimentas e tocheiros e castiçais”^[10]. No ano seguinte, pelos irmãos da mesma confraria, foi-lhes deferido um pedido de castiçais de prata, tocheiros, cruz de pau, cortinados e mais alguns bens, como o pano de veludo do “tumullo”^[11]. Regulamentava-se pela própria confraria do Espírito Santo que estes equipamentos pudessem ser concedidos por empréstimo, incluindo ainda os cortinados para a festa do Santíssimo Sacramento, mas ainda para a Semana Santa^[12].

Não obstante, nem sempre se deferiam os empréstimos solicitados, por vezes os estatutos proibiam a concessão de determinado tipo de objeto ou limitavam os empréstimos para fora da matriz, e noutras ocasiões faziam mesmo depender a cedência dos equipamentos da aprovação por maioria dos oficiais da Mesa. Veja-se que a confraria do Espírito Santo, em reunião de Mesa, de 12 de setembro 1748, mostrou-se preocupada com o estado de conservação

das pratas que fruto de sucessivos empréstimos, ficaram danificadas, assim delegou-se na Mesa a decisão dos mesmos. Contudo, este tipo de apoio não se visualizava apenas entre as instituições localizadas na matriz pois, a título de exemplo, no ano de 1753, o procurador da confraria de Nossa Senhora da Expectação suplicou à Mesa da Ordem Terceira as cortinas que ornamentavam o nicho do “Nosso padre São Francisco” e ainda as cortinas do pavilhão para a cerimónia realizada em honra de Santa Teresa. Este pedido foi-lhe deferido, mandando a Mesa que se lhe atribuisse tudo o que fosse necessário e que não se lhe recusasse nenhuma quantia^[13]. Esta postura denotava uma estável relação existente entre estas duas instituições, mas também revelava a generosidade da própria Ordem ao dotar os peticionários daquilo que necessitavam para as suas festas^[14].

A Ordem Terceira, para além do bom entendimento que manifestava ao prover os peticionários de outras agremiações com aprestes indispensáveis para a realização das suas celebrações mais solenes, adquiria ao mesmo tempo visibilidade em relação às instituições locais. A posse de paramentos que outras confrarias imploravam evidenciava poder financeiro e grandeza. Acontecia que o mau estado dos equipamentos, causado pelo seu uso, impulsionava os confrades a comprar novos ou então a restaurar os já existentes.



— *Fig. 2*

Imagem de Nossa Senhora das Dores da igreja matriz de Ponte de Lima. Fotografia de Manuel Pinto.

No caso das imagens, sabemos que estas deviam estar sempre bem cuidadas, pois priorizava-se o decoro, o asseio e a perfeição dos objetos sagrados. Glorificar as imagens representava um gesto importante na piedade popular, na medida em que os devotos proferiam orações diante delas, enfeitavam-nas com flores, joias e velas, transportavam-nas em andores, e agraciavam-nas com *ex-votos*, como forma de agradecimento. A título de exemplo, veja-se que a imagem de Nossa Senhora das Dores (fig. 2) usava “vestido e mangas de setim de seda roxo bordado para o dia da festividade” e “[h]um cinto do mesmo setim com borulas de feira d’ouro”^[15]. O tecido usado para confeccionar os trajes de Nossa Senhora era o cetim; esta espécie de pano de seda liso não se escolhia ao acaso, pois o efeito luzidio e fino conferia às vestimentas um ar mais rico e sumptuoso, daí a instituição investir num tecido nobre^[16].

A confraria de Nossa Senhora a Grande também não dispensava mantos requintados para ornamentar a imagem que venerava, pois o inventário de 1754 atesta-nos a existência dessa peça requintada de roupa”: [d]ous mantos da senhora com seus galoens de ouro”^[17]. Estas peças exigiam cuidado e bom acondicionamento para evitar a sua degradação. Todavia, em 1846, e pelo facto de a nova imagem de Nossa Senhora ter sido executada em madeira, dispensava aquelas vestes. Por isso, o irmão tesoureiro de Nossa Senhora da Assunção alertou os colegas da Mesa para o facto de “o manto, e Coroa da última Imagem da Nossa Padroeira” estarem inutilizados nos acondicionamentos da secretaria do Santíssimo Sacramento, correndo o risco de serem extorquidos, ou de se degradar o manto por falta de uso^[18]. Por tal razão, foi considerada a sua venda. O costume de ataviar a imagem da Virgem como até então se observava, por parte dos confrades da Assunção, deixa de praticar-se já que o material agora utilizado dispensava qualquer tipo de vestimenta.

Esta situação não se visualizava com o traje de festa de Nossa Senhora das Dores, que ficava sob proteção de Joaquim José Vieira da Rocha, um comerciante que se dedicava ao negócio de panos. Talvez por ser uma pessoa entendida em tecidos, era escolhido para cuidar e preservar o referido traje, uma vez que a riqueza dos seus adornos transformavam-no numa peça de vestuário de elevado preço. As expressões transmitidas por estas imagens de compaixão, dor, êxtase, aliadas ao brilho do ouro e ao faustoso vestuário ancoradas numa arte muito próxima da realidade, quase não davam lugar para os devotos fa-

zerem uma reflexão doutrinal^[19]. Os mesários de Nossa Senhora das Dores, em finais de oitocentos, debateram o crescimento da instituição, bem como os cuidados a ter com a imagem da padroeira para que estivesse sempre com a máxima decência e limpeza. Para o efeito, diziam-se disponíveis para gastar o necessário e garantir a conservação da referida imagem. O juiz presenteou a confraria com um manto azul ornado a ouro em alto-relevo para Nossa Senhora. Porém, advertia o mesmo, que não se emprestasse ou alugasse, sob pena do incumpridor pagar uma multa no valor de 10.000 réis sendo só para a vila e de 5.000 réis para qualquer altar, ficando ainda responsável por todos os prejuízos que resultassem desse empréstimo ou aluguer^[20]

Esta dedicação cuidadosa estendia-se ainda às alfaias litúrgicas, paramentaria e imaginária que embora fossem exibidas em momentos de maior ritualização, como as procissões, necessitavam de ser preservadas e guardadas pelos confrades responsáveis, por forma a impedir o seu estrago e despesa para a confraria. O interior da igreja merecia o mesmo cuidado, sendo importante que toda a ornamentação que a preenchia estivesse apresentável e decente para não causar comentários reprováveis por parte dos fiéis.

Nos dias de grandes celebrações, o cuidado com o interior da matriz redobrava-se, o mesmo devia estar asseado, as tolhas lavadas e engomadas, os altares com decorações irrepreensíveis e as alfaias litúrgicas limpas até transparecer o brilho. No fundo, criava-se um ambiente cénico diferente do quotidiano, onde a luz das velas, o colorido das vestes sacerdotais, o som da música, os odores emanados do incenso, faziam imergir o crente num autêntico espetáculo barroco.

Concorria ainda para esta encenação a paramentaria ricamente confeccionada com sedas, cetim, cambraia, veludo e rendas. De acordo com o livro de receita e despesa da confraria de Nossa Senhora das Dores, de 1836, executaram-se bordados em alguns paramentos e vestes com lantejoulas e “outras miudezas”, para além dos “bentinhos bordados a prata”^[21].

Verdadeiros círculos de sociabilidade, estas instituições funcionavam como forma de integrar os irmãos na sociedade que de outro modo lhes estava vedado, para além de lhes proporcionar uma afirmação social mais sólida e visível. Os cargos que muitos dos irmãos exerciam no seio confraternal conferiam-lhes poder, bem como a ocupação de posições sociais e políticas de maior

destaque. Neste âmbito, as festas por eles promovidas funcionavam como um dos principais mecanismos para serem vistos socialmente, nas quais as procissões tinham um papel crucial.

Entre o sagrado e o profano

Nestas ocasiões festivas a matriz, símbolo da religiosidade dos limianos, vestia-se a preceito, onde os efeitos ilusórios da cor, luz e brilho conferiam espetáculo a todos os rituais que nela tinham palco. Porém, também era nestes momentos onde o profano se mesclava com o sagrado. As missas, sermões e procissões que alimentavam a alma dos crentes davam lugar aos repiques de sinos, aos bailes, cantares, comédias, fogos de artifício, luminárias e a uma variedade de aparatos cenográficos. Os espetáculos pirotécnicos programavam-se para que os jogos de luz e sombra deslumbrassem o público. Um dos momentos mais aguardados pelos devotos e participantes das festas revestia-se de luz, cor e ruído gerados pelos artificialismos do fogo que requeria sempre espaços abertos^[22].

A festa exteriorizava-se ao sair do interior da matriz para a rua. Estas atividades profanas, que não se dissociavam destas celebrações em honra do sagrado, engrandeciam os programas conferindo-lhes grandeza e diversão, potenciando sentimentos de alegria, regozijo e evasão. Promovia-se a sociabilização não somente entre os irmãos, mas envolvendo toda a população, constituindo uma forma de divulgação e consolidação do culto a celebrar. Em última análise, as confrarias também se serviam destes momentos de grande esplendor e ajuntamento de fiéis para catalisarem mais irmãos para o seu seio.

O palco de atuação passava a ser a rua, que embora servisse para exibição do programa mais secularizado, não é menos verdade que o mesmo se sacralizava, aquando dos desfiles processionais com imagens sagradas, andores e santos entre os limianos que as aguardavam. Tratava-se de um verdadeiro evento encenado de modo festivo e teatral exibindo ao público o poder e prestígio da instituição organizadora.

Tais coletividades, serviam-se destas exteriorizações públicas para mostrarem o seu esplendor, organização e disciplina da sua estrutura governativa,

bem como o seu património. Os livros de receita e despesa testemunham o quanto estas despendiam nos seus festejos, revelando-nos ainda os anos de maior expressividade e aqueles de menor pujança.

Apesar das confrarias aqui estudadas partilharem o mesmo espaço, constatava-se que nem todas tinham igual capacidade económica e a mesma natureza devocional, aspetos que se espelhavam na realização de tais celebrações, onde os programas de umas eram mais humildes e singelos do que os das outras. Veja-se a título de exemplo que os confrades de Nossa Senhora das Dores promoviam a festividade à Virgem do mesmo nome, usando vários ingredientes que lhe davam visibilidade e vitalidade, como a iluminação, fogo de artifício, fogueiras, música e representações teatrais seduzindo os foliões que procuravam nestes três dias momentos privilegiados de lazer, distração e de convívio coletivo.

Já o culto festivo em honra de Nossa Senhora do Carmo (fig. 3) pautava-se pela simplicidade, humildade e decência. Pois, de acordo com os estatutos de 1752, alertava-se a todos os seus membros para não assistirem e participarem em comédias e bailes indecentes podendo assim provocar, passamos a citar “...dinzoluções do espírito, separando-o e apartando-o das delícias devinas e da familiaridade de Deos e seu intimo amor e temor divino...”^[23]. Estas distrações, e segundo os mesmos, constituíam motivo para desviar e desvirtuar a moral de todos os fiéis desencaminhando-os para pensamentos considerados devassos e lembranças menos honestas. Armadilha perigosa para corromper um católico.

Considerando-se estas diversões tentadoras e adversas à moral de todos os irmãos, assentou-se pelos mesmos regulamentos que as festas solenes de invocação de Nossa Senhora do Carmo nunca deveriam ter no seu programa

[...] touros, nem comedias, ou entremezes, nem escaramussas de cavaharias e couzas semelhantes, nem bailes, por mais honestos que pareçam nem ramos se poderão dar de presentes as pessoas nas festas da Senhora [...]^[24].

Segundo a doutrina pregada por esta irmandade, os criadores destes espetáculos, que compreendiam bailes, touros, comédias e folias, não foram Jesus Cristo, nem Maria Santíssima, nem os sagrados apóstolos, nem os anjos.



— *Fig. 3*

Imagem de Nossa Senhora do Carmo da igreja matriz de Ponte de Lima. Fotografia de António Jorge Fernandes.

Estas figuras evangélicas nunca ensinariam tal coisa, mas sim o demónio e os seus servos que tentavam persuadir os fiéis.

Os exercícios espirituais priorizavam-se nesta instituição onde se limpava a alma de tudo o que pudesse perverter os fiéis, daí compreender-se que todos os aspetos de carácter mais lúdico e desprovidos do sagrado fossem objeto de repulsa por parte da confraria. Por isso, onde houvesse danças, bailes e jogos, “a virtude não está firme ahi a castidade não esta segura” e quem não resistisse a essas diversões apartava-se dos caminhos que conduziam os fiéis à salvação eterna^[25]. Fruto dessas imposições, o programa da festividade de Nossa Senhora do Carmo constituía-se pela trilogia: missa cantada, sermões e procissão.

No período em estudo, eram várias as irmandades que organizavam e preparavam as suas manifestações festivas num ambiente barroco, esmerando-se no brilho, sumptuosidade e pompa, aspetos que esta condenava e dos quais procurava arredar os seus membros. Não obstante, a festa da Senhora do Carmo ser de grande simplicidade e humildade, em Ponte de Lima, todos

os preparativos eram tidos em conta. A festa no seu sentido amplo nada tem de desorganização, antes exigia uma cuidada preparação desde a distribuição das tarefas, distinção dos papéis, hierarquização dos eventos e alinhamento dos momentos^[26].

Conclusão

Este estudo permite-nos concluir que um expressivo número de festividades promovidas pelas confrarias limianas apresenta muitas semelhanças não só na sua organização, mas também na sua operacionalização.

Contudo, existem instituições confraternais que, pela sua intensa devoção, conferem aos seus momentos festivos determinadas especificidades que as distanciam das suas congéneres. No entanto, todas estas associações assumiam um mesmo sentido ao dotarem a igreja matriz de um rico património artístico e cultural através de encomendas de retábulos, de imaginária, alfaias litúrgicas e de vestes mais solenes do corpo clerical. Os momentos de festa transformavam este espaço sagrado numa ocasião de grande ostentação e de demonstração de poder por parte dos confrades, que tudo faziam para catalisar mais devotos e irmãos. A piedade popular, imbuída de sentimentos, simbolismo e de emoções, caracterizava o ambiente festivo-religioso do espaço limiano, onde a festa ao divino explicava toda a ritualização, devoção e sociabilidade.

Graças à ação da gente limiana no passado, podemos, hoje, envaidecer-nos da riqueza histórica e cultural que esta vila da Ribeira Lima tem para contar a todos os que a visitam.

[*] Lab2PT — Universidade do Minho

[1] Nesta vila de profundas raízes medievais, a religião centrava-se no quotidiano dos seus habitantes, constituindo a igreja matriz o porto de abrigo para todos aqueles, cuja fé era mais fervorosa. Sobre este assunto *vd.* Amélia Aguiar Andrade, *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

[2] Consulte-se Pedro Pentead, “Confrarias”, in *Dicionário de história religiosa*, dir. Carlos Moreira Azevedo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 459-470.

[3] A propósito da igreja matriz limiana, veja-se António Dantas Barbosa, *Topónimos da vila de Ponte de Lima*, Ponte de Lima, Município de Ponte de Lima, 2016, p. 183.

[4] Esta instituição foi oficialmente fundada em 1757, junto à ponte, em local designado de “ao pé da ponte”, relativamente próximo da matriz. O culto à imagem também se fez na matriz até 1780, altura na qual a confraria de Nossa Senhora da Expectação adquire a capela e outros materiais da instituição de Nossa Senhora do Rosário. As fontes da fundação da confraria e os termos de mesa da confraria de Nossa Senhora da Expectação indicam que a irmandade de Nossa Senhora do Rosário possuía altar na matriz, embora não gozasse de reconhecimento oficial. Sobre este assunto consulte-se Paula Cristina Machado Cardona, *O perfil artístico das confrarias em Ponte de Lima na Época Moderna*, Ponte de Lima, Município de Ponte de Lima, 2010, pp. 92-93.

[5] Segundo as fontes da confraria do Espírito Santo teria sido a igreja desta irmandade transformada em matriz da vila, após doação feita por esta instituição ao povo limiano “cuja Igreja he a mesma e com a mesma torre da Irmandade como o dezia o venerando Padre Manoel da Natividade Provincial da Religião de S. António dos Menores de São Francisco”. A sua antiguidade data de períodos anteriores à restauração e fortificação da vila por D. Pedro I. As regalias que os irmãos do Espírito Santo usufruíam resultaram da oferta da sua igreja para se converter em paróquia da vila. AILMT, Fundo documental da irmandade do Espírito Santo, *Livro de instrução dos procuradores e mais oficiais da Mesa*, s.d., doc. sem cota atribuída, fls. 5^a-6.

[6] A confraria do Santíssimo Sacramento no dia da sua festa (último domingo de maio) destacava-se das suas congéneres por ter uma procissão que usava como modelo a do *Corpus Christi*, onde não faltava o fogo de artifício preso e de ar, bem como um arraial. As festas barrocas privilegiavam o aparato no risco das construções efémeras, ornamentação do interior da igreja e espaço público, mas de igual forma no brilho e encenação dos rituais. Sobre as festividades promovidas pelas mais variadas confrarias, limianas, no Período Moderno, consulte-se António Dantas Barbosa, *Tempos de festa em Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, 2 vols., Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2017.

[7] Sobre este assunto *vd.* Maria Alexandre Lousada, “Espaço urbano, sociabilidades e confrarias. Lisboa nos finais do Antigo Regime”, in *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular: sociabilidades, representações, espiritualidades. Centro de História da Cultura / História das Ideias, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 20/23 de Novembro de 1998*, coord. Maria Fernanda Enes, António Camões Gouveia, José Henrique Dias *et al.*, Lisboa, Terramar, 1999, pp. 537-570.

[8] Sobre as festas e romarias *vd.* o trabalho de Maria Marta Lobo de Araújo, *A confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave: um itinerário sobre a religiosidade popular no Baixo Minho*, Braga, Confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave, 2006, p. 232.

[9] Acerca do poder da festa *vd.* Barbosa, *Tempos de festa em Ponte de Lima...*, vol. 1, pp. 45-48.

[10] AILMT, fundo documental da confraria do Santíssimo Sacramento *Livro dos termos dos acórdãos*, 1727, doc. sem cota atribuída, fl. 9.

[11] AILMT, Fundo documental da confraria do Espírito Santo, *Livro das determinações e assentos*, 1751 doc. sem cota atribuída, fl.12.

[12] Estava ainda neles estatuído que o tesoureiro que contrariasse a Mesa, deputados e procuradores das comarcas ao emprestar a fabrica ou parte dela para fora da irmandade pagava 3.000 réis se o empréstimo fosse para a igreja e 6.000 réis se fosse para fora dela. Conferir AILMT, Fundo documental da confraria do Espírito Santo, *Estatutos da irmandade dos clérigos do Divino Espírito Santo*, 1751, doc. sem cota atribuída, n.p.

[13] AILMT, Fundo documental da Ordem Terceira de São Francisco de Ponte de Lima, *Livro das determinações de Mesa*, 1746-1763, doc. sem cota atribuída, fl. 204.

[14] Os empréstimos não se confinavam à confraria de Nossa Senhora da Expectação, também a petição, feita por Tomás Malheiro Correia Brandão, em 1816, do estandarte da Ordem, ornato e lanternas para a procissão dos Passos, lhe foi deferida. AILMT, Fundo documental da Ordem Terceira de São Francisco de Ponte de Lima, *Livro das determi-*

nações da Mesa, 1792-1824, doc. sem cota atribuída, fl. 146^v. No mesmo ano e para a procissão de São Sebastião foram concedidos o paramento branco e o pálio. *Livro das determinações da Mesa*, 1792-1824, doc. sem cota atribuída, fl. 157^v.

[15] AILMT, Fundo documental da confraria de Nossa Senhora das Dores, *Livro da inventa de Nossa Senhora das Dores*, 1841, doc. sem cota atribuída, fl.1. Para uma informação mais aprofundada sobre a preparação da imagem de Nossa Senhora das Dores consulte-se Barbosa, *Tempos de festa em Ponte de Lima...*, vol. 2, pp. 37-44.

[16] Sobre expressões relacionadas com tecidos e têxteis vd. Manuela Pinto da Costa, “Glossário de termos têxteis e afins”, in *Revista da Faculdade de Letras — Ciências e Técnicas do Património*, 1.ª série, vol. 3, Porto, 2004, pp. 137-161: 142.

[17] AILMT, Fundo documental da confraria de Nossa Senhora a Grande, *Livro das eleições e obrigações de Nossa Senhora a Grande*, 1719, doc. sem cota atribuída, fl. 65^v.

[18] AILMT, Fundo documental da confraria de Nossa Senhora a Grande, *Livro dos termos de Mesa da irmandade de Nossa Se-*

nhora da Assunção a Grande, 1839, doc. sem cota atribuída, fls. 30^v-31.

[19] A este propósito vd. Johan Huizinga, *O declínio da Idade Média*, São Paulo, Verbo, 1978, p. 160.

[20] Fundo documental da confraria de Nossa Senhora das Dores, *Termos das deliberações e eleições*, 1875, doc. sem cota atribuída, fl. 40^v.

[21] AILMT, Fundo documental da confraria de Nossa Senhora das Dores, *Livro de receita e despesa*, 1836, doc. sem cota atribuída, fl. 9^v.

[22] Sobre o assunto em estudo vd. Barbosa, *Tempos de festa em Ponte de Lima...*, vol. 2, pp. 53-60.

[23] AILMT, Fundo documental da Confraria de Nossa Senhora do Carmo, *Estatutos da irmandade de Nossa Senhora do Carmo*, 1752-1774, doc. sem cota atribuída, fl. 13 (cap. 8).

[24] *Ibid.*, fl. 13 (cap. 8).

[25] *Ibid.*, fl. 14 (cap. 8).

[26] Vd. Joaquim de Sousa Teixeira, “Festa e identidade”, in *Comunicação e Cultura*, nº 10, 2010, pp. 17–33: 19.

Abreviaturas utilizadas

AILMT — Arquivo do Instituto Limiano / Museu dos Terceiros

Fontes e bibliografia

Fontes manuscritas

AILMT, Fundo documental da irmandade do Espírito Santo, *Livro de instrução dos procuradores e mais oficiais da Mesa*, s.d., doc. sem cota atribuída

—, —, *Estatutos da irmandade dos clérigos do Divino Espírito Santo*, 1751, doc. sem cota atribuída

—, Fundo documental da confraria do Santíssimo Sacramento, *Livro dos termos dos acórdãos*, 1727, doc. sem cota atribuída

—, Fundo documental da confraria do Espíri-

to Santo, *Livro das determinações e assentos*, 1751, doc. sem cota atribuída

—, Fundo documental da Ordem Terceira de São Francisco de Ponte de Lima, *Livro das determinações de Mesa*, 1746-1763, doc. sem cota atribuída

—, —, *Livro das determinações da Mesa*, 1792-1824, doc. sem cota atribuída

—, Fundo documental da confraria de Nossa Senhora das Dores, *Livro de receita e despesa*, 1836, doc. sem cota atribuída

—, —, *Livro da inventa de Nossa Senhora das Dores*, 1841, doc. sem cota atribuída

—, Fundo documental da confraria de Nossa Senhora a Grande, *Livro das eleições e obrigações de Nossa Senhora a Grande*, 1719, doc. sem cota atribuída

—, —, *Livro dos termos de Mesa da irmandade de Nossa Senhora da Assunção a Grande*, 1839, doc. sem cota atribuída

—, Fundo documental da Confraria de Nossa Senhora do Carmo, *Estatutos da irmandade de Nossa Senhora do Carmo*, 1752-1774, doc. sem cota atribuída

Bibliografia

- Andrade, Amélia Aguiar, *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990
- Araújo, Maria Marta Lobo de, *A confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave: um itinerário sobre a religiosidade popular no Baixo Minho*, Braga, Confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave, 2006
- Barbosa, António Dantas, *Topónimos da Vila de Ponte de Lima*, Ponte de Lima, Município de Ponte de Lima, 2016
- , *Tempos de festa em Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, 2 vols., Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2017
- Cardona, Paula Cristina Machado, *O Perfil artístico das confrarias em Ponte de Lima na Época Moderna*, Ponte de Lima, Município de Ponte de Lima, 2010
- Costa, Manuela Pinto da, “Glossário de termos têxteis e afins”, in *Revista da Faculdade de Letras — Ciências e Técnicas do Património*, 1.ª série, vol. 3, Porto, 2004, pp. 137-161
- Huizinga, Johan, *O declínio da Idade Média*, São Paulo, Verbo, 1978
- Lousada, Maria Alexandre, “Espaço urbano, sociabilidades e confrarias. Lisboa nos finais do Antigo Regime”, in *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular: sociabilidades, representações, espiritualidades. Centro de História da Cultura / História das Ideias, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 20/23 de Novembro de 1998*, coord. Maria Fernanda Enes, António Camões Gouveia, José Henrique Dias *et al.*, Lisboa, Terramar, 1999, pp. 537-570
- Penteado, Pedro, “Confrarias”, in *Dicionário de história religiosa*, dir. Carlos Moreira Azevedo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 459-470
- Teixeira, Joaquim de Sousa, “Festa e identidade”, in *Comunicação e Cultura*, nº 10, 2010, pp. 17-33